

CONSTITUINTE

Votação do capítulo do Poder Judiciário tem início hoje

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte inicia hoje a votação do capítulo que trata do Poder Judiciário. A concretização de um acordo entre as lideranças partidárias — fechado desde a semana passada — possibilitou ontem o término das votações do capítulo do Poder Executivo.

Os dois temas mais polêmicos — a criação de um primeiro-ministro e a diminuição do quórum necessário para que o Congresso aprovasse moção de censura a ministro de Estado — sequer foram levados a plenário. Nas duas últimas semanas, os constituintes se dividiram nesses dois assuntos. Por falta de sustentação dos partidos, o deputado Manoel Ferreira retirou sua emenda que criava a figura do primeiro-ministro e o deputado Eduardo Bonfim desistiu de seu destaque, no qual pretendia reduzir para maioria do Congresso o quórum necessário para aprovação da moção de censura a ministro de Estado.

As negociações resultaram na fusão de 13 emendas que não modificam significativamente o texto básico da emenda presidencialista. Foi alterada a forma de eleição do presidente e do vice-presidente da República. Será eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos na eleição em segundo turno. Também foi suprimida do texto a possibilidade de o presidente e o vice tomarem posse perante o Supremo Tribunal Federal. A posse se dará somente em sessão do Congresso Nacional.

Apesar da resistência do PC do B e do PT, foi mantida a criação do Conselho de Defesa Nacional. Na visão dos dois partidos, esse conselho seria uma reedição do atual Conselho de Segurança Nacional (CSN), com poderes aumentados. Isso porque, dos 29 membros que compõem o CSN, apenas seis são militares, ao passo que, no Conselho de Defesa Nacional, o número de ministros militares é mantido, enquanto a composição total do conselho foi restrita a 12 membros.

ANC 88
 Pasta 01 a 09
 Abril/88
 068

Mobilização para retirar artigos no segundo turno

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Mesmo antes do término das votações em primeiro turno, já se iniciou no plenário da Constituinte um movimento para suprimir, no segundo turno, dispositivos aprovados considerados "inviáveis".

Por enquanto já são alvos certos o voto aos 16 anos, a licença paternidade de oito dias e o direito de greve nos serviços essenciais. Para o senador Jarbas Passarinho, um dos constituintes que estão estudando em detalhes tudo o que foi aprovado, é necessário que se proceda a essa revisão em segundo turno para que se retire o que for "excessivo".

O deputado Ricardo Fiúza, um dos pioneiros do movimento, informou que já contactou juristas para estudar de que forma poderão ser feitas as alterações. O estudo é preciso porque na votação em segundo turno só é permitida a apresentação de emendas supressivas ao texto anteriormente aprovado.

Somente após esse estudo prévio é que os articuladores do movimento — basicamente antigos coordenadores do "Centrão" —, como Passarinho, Fiúza e Roberto Cardoso Alves, levarão as propostas aos demais constituintes. Eles afirmaram que o movimento não é uma reaglutinação do grupo conservador, mas sim de muitos constituintes que estão descontentes com as matérias aprovadas.

A tentativa de derrubar

as conquistas sociais e trabalhistas obtidas ainda não causa preocupação. Na opinião do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), será difícil a obtenção dos 280 votos para a derrubada dos textos. Ele lembrou que a maioria das matérias constantes dos capítulos dos direitos sociais e trabalhistas foi aprovada por acordo. Suprimi-las agora seria quebrar esse acordo, o que é incomum na Constituinte. Para o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, quem votou a favor das conquistas sociais deverá manter a sua posição. Ele acredita que o movimento se sente momentaneamente fortalecido devido à vitória dos cinco anos para o mandato presidencial, mas não resistiria a outras votações.

PUNICÕES

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), deixou para hoje o anúncio das medidas punitivas que deverá tomar contra os constituintes que, permanentemente, se ausentam dos trabalhos constitucionais. O adiamento da decisão da mesa se deve ao presidente entender que precisa de mais tempo e de alguns subsídios para poder tomar uma decisão que julga muito importante.

De acordo com a assessoria do presidente, a analogia pura e simples dos regimentos da Câmara e do Senado não poderia ser aplicada na Constituinte, pois "as analogias não podem servir para prejudicar qualquer pessoa".

Sai o novo calendário

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, divulgou o novo calendário de sessões.

Pelos cálculos da mesa da Constituinte serão necessárias mais 40 sessões, com a média aproximada de 26 dispositivos por sessão, para o término da votação em primeiro turno.

Para que isso seja possível até o final deste mês, a presidência convocou sessões vespertinas às segundas e terças-feiras. A

parte da manhã desses dias será destinada à reunião de lideranças e grupos partidários com o objetivo de se celebrar acordos e fusões de propostas.

As quartas, quintas e sextas-feiras haverá sessões, pela manhã, das 9h30 às 13 horas. A tarde, com início às 14h30 e término às 22 horas. Também já foram convocadas sessões para este sábado e domingo e no final de semana nos dias 23 e 24. Ulysses Guimarães ainda não decidiu se aplicará punição aos constituintes faltosos.

Em defesa dos faltosos

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), rebateu ontem, da tribuna, as críticas aos deputados faltosos, argumentando que a condição de parlamentar inclui o trabalho junto às base eleitorais: "Quando era um simples deputado, o próprio dr. Ulysses saía de Brasília na quinta-feira e só voltava na terça-feira seguinte", exemplificou Lourenço, ao rebater o exagero do presidente da Constituinte em tentar punir faltosos.

Para um plenário com-

posto por cinco parlamentares, durante a sessão de ontem da Câmara, Lourenço citou, segundo a EBN, como ausente o próprio deputado Paulo Delgado (PT-MG), que recentemente elaborou uma lista dos vinte maiores faltosos ao plenário da Constituinte, exigindo a cassação dos seus mandatos. Lourenço acusou Delgado de também faltar às sessões: "Onde está ele, agora? Ele diz que vem, mas também não vem", acusou o líder do PFL.

Fica a emenda Iensen

O deputado federal Mathews Iensen (PMDB-PR) garantiu, ontem, em Curitiba, que a sua emenda concedendo ao presidente José Sarney mandato de cinco anos, não será retirada da pauta de votações. Ele disse que consultou o governador do Paraná, Alvaro Dias, sobre o assunto e que ambos têm a mesma posição com relação à permanência da emenda.

O constituinte disse que a especulação quanto à retirada da emenda não que

isso abriria espaço para a discussão dos seis anos de mandato para o presidente Sarney". Ele informou que pretende, ainda nesta semana, fazer uma consulta ao próprio presidente e aos 316 deputados que assinaram sua emenda. "Mas tenho certeza de que todos serão favoráveis à sua continuidade na pauta", disse, lembrando que a votação da duração do mandato do presidente Sarney deverá demorar ainda entre 45 e 60 dias.